

# A gloriosa memória: reflexão em torno da catana como possível lugar de memória da luta armada de libertação nacional em Angola

The glorious memory: reflection on the machete as a possible place of memory of the armed struggle for national liberation in Angola

DOI: 10.20396/rhac.v3i2.16683

FIDEL RAUL CARMO REIS

Professor associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto

 0000-0001-5760-3484

## Resumo

A catana tem a particularidade de ser parte dos símbolos nacionais da bandeira nacional de Angola e da insígnia da República. Desde o dia 11 de novembro de 1975, nas comemorações, quer da independência nacional quer do dia 4 de fevereiro 1961, a catana parece ter um lugar de relevo como objeto simbólico de recordação e comemoração destes acontecimentos. É provável que esta ferramenta seja um elemento central na representação de uma gloriosa memória da luta armada de libertação, mas também um elemento veiculador de um sentimento de pertença a um país. Daí a seguinte interrogação: será que, presentemente, a catana pode ser apreendida como um lugar de memória da luta armada de libertação nacional e, simultaneamente, funcionar como elemento ideológico-identitário de generalização da ideia de nação?

**Palavras-chave:** Catana. Lugar de memória. Luta armada. Identidade.

## Abstract

The machete has the particularity of being part of the national symbols of Angola's national flag and the Republic's insignia. Since November 11, 1975, in commemorations of the national independence and February 4, 1961, the machete has a prominent place as a symbolic object of remembrance and memorial of these events. This tool is likely a central element in the representations of a glorious memory of the armed struggle for liberation and conveys a sense of belonging. Hence the following question: could it be that, currently, the machete can be apprehended as a place of memory of the armed struggle for national liberation and, simultaneously, function as an ideological-identity element of generalization of the idea of a nation?

**Keywords:** Machete. Memory place. Armed struggle. Identity.

## Introdução

Em 2021 assinalaram-se sessenta anos desde o início de uma nova etapa na luta de libertação nacional em Angola, uma nova forma de contestação ao arbitrário colonial e de luta nacionalista pela independência: a opção pela luta armada. A sua materialidade e simbologia desdobraram-se em múltiplas representações. Em cada ato comemorativo, pode constar-se que a luta armada permanece, ainda, no lugar da polémica.

O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) continuam a disputar a primazia do acontecimento, embora a controvérsia se tenha também estendido a outras esferas da sociedade angolana. Esta constatação implica, reconhecer, que a representação em torno da memória da luta armada é inerente a ação político-organizacional. A falta de consenso em torno dessa representação não lhe retira, porém, o caráter nacional. E, o exemplo mais visível são os atos que, regularmente, assinalam a luta pela independência, onde é imperativa a presença da bandeira nacional.

A bandeira, ter mormente emergido num contexto de conflitualidade político-militar, permanece como símbolo nacional. Dos ícones da bandeira nacional fazem parte duas ferramentas associadas ao trabalho: a catana - equivalente ao machete brasileiro - e a roda dentada<sup>1</sup>. Ferramentas que reforçam a distinção da bandeira angolana relativamente às demais bandeiras nacionais<sup>2</sup>.

O objeto que nos propomos apresentar é a catana, cuja carga simbólica remete, para além do trabalho, para o início da luta armada de libertação nacional (comemorada anualmente no dia 4 de fevereiro) e para o momento fundador de um Estado independente. Importa, ainda, clarificar que este texto é revestido de suposições, que lhe conferem um caráter exploratório.

A 11 de novembro de 1975, no Largo 1º de Maio em Luanda (atual Largo da Independência) decorreu a proclamação da independência. O hino angolano foi entoado pela primeira vez e a bandeira nacional, tendo como um dos símbolos uma catana, foi também pela primeira vez hasteada<sup>3</sup>. Nas imagens da época, vê-se um grupo de indivíduos empunhando e agitando catanas. Provavelmente,

---

<sup>1</sup> Na constituição da República de Angola (referente à bandeira nacional) consta: “No centro, figura uma composição constituída por uma secção de uma roda dentada, símbolo dos trabalhadores e da produção industrial, por uma catana, símbolo dos camponeses, da produção agrícola e da luta armada e por uma estrela, símbolo da solidariedade internacional e do progresso”. CONSTITUIÇÃO da República de Angola. Disponível em [https://governo.gov.ao/fotos/frontend\\_1/editor2/constituicao\\_da\\_republica\\_de\\_angola.pdf](https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf). Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>2</sup> A Venezuela incorporou, em 2006, um escudo na bandeira que contém uma catana como símbolo do trabalho. O instrumento não tem a mesma visibilidade nem a função simbólica da catana angolana. Site de Informação turística Venezuela Tuya. Disponível em <https://www.venezuelatuya.com/historia/bandera.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>3</sup> Hino nacional que comporta o seguinte trecho: “Ó Pátria, nunca mais esqueceremos os heróis do quatro de Fevereiro”.

protagonistas do assalto às prisões de Luanda na madrugada do 4 de fevereiro de 1961. Desde então, a catana parece ter um lugar de relevo como objeto simbólico de recordação e de comemoração deste acontecimento<sup>4</sup>. O que nos leva a uma primeira suposição. A simbologia da catana associada ao 4 de fevereiro de 1961 (considerado oficialmente como início da luta armada de libertação nacional), confere a esta ferramenta um papel fundamental na representação de uma gloriosa memória<sup>5</sup>.

Todavia, este utensílio ser objeto nuclear na representação da luta armada deve-se também à sua inserção na Bandeira Nacional e na Insígnia da República e, como tal, tem presença regular na memória dos angolanos<sup>6</sup>. Daí uma segunda suposição. A catana parece funcionar como objeto ideológico-identitário contributivo para a generalização de uma consciência coletiva da ideia de nação, pois remete para dois acontecimentos passados extra(ordinários): a luta armada e a independência nacional. Trata-se, porventura, de um instrumento, incontornável, nesta regularidade ritualizante, sugerindo uma forte carga simbólica. Daí a possibilidade de este utensílio ser considerado mais do que um simples vestígio de memória, *um lugar de memória*, conceito proposto por Pierre Nora que atribui ao lugar de memória uma forte carga simbólica e, por conseguinte, objeto de ritualização, como veremos mais adiante.

Estas duas suposições devem ser relativizadas. Sessenta e um anos após a luta armada e quarenta e sete anos após a independência, a sociedade angolana vivenciou múltiplas transformações e constrangimentos de várias ordens que se podem ter traduzido numa justaposição de memórias, sendo um dos exemplos mais fortes a memória da guerra civil, restringindo a memória, e a sua possível função ideológico-identitária de generalização da ideia de nação, a um espaço social confinado.

Esta ressalva não impede o contributo reflexivo em torno da memória da luta armada de libertação nacional, tomando a catana como provável *lugar de memória* e a possibilidade deste utensílio poder contribuir para a veiculação de um sentimento de pertença a um país. Daí a seguinte interrogação: será que, presentemente, a catana pode ser apreendida como um lugar de memória da

---

<sup>4</sup> FBL advogados, Publicação da Nova Lei dos Feriados Nacionais, Locais e Datas de Celebração Nacional. Disponível em [https://www.fbladogados.com/xms/files/Highlight\\_2018\\_PT\\_Lei\\_dos\\_feriados\\_nacionais\\_\\_clientes\\_-So\\_de\\_leitura-.pdf](https://www.fbladogados.com/xms/files/Highlight_2018_PT_Lei_dos_feriados_nacionais__clientes_-So_de_leitura-.pdf). Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>5</sup> A simbologia da catana relacionada com o 4 de fevereiro consta num artigo do Jornal de Angola, com o título “E, Na madrugada “falaram” as catanas”. Na segunda página temos a seguinte versão do acontecimento: “homens vestidos de preto invadiam as cadeias de Luanda com catanas e paus, para libertar os presos políticos que lá se encontravam”. O acontecimento evocado parece reforçar a nossa primeira suposição. PAIXÃO, Diogo, Gritos e ranger de dentes na madrugada em que as catanas falaram. **Jornal de Angola**, Luanda, ano 45, n. 16254, 4 fev. 2021. p. 2-3.

<sup>6</sup> Relativamente à insígnia nacional, a catana parece remeter apenas para o início da luta armada. Constituição da República de Angola. Disponível em [https://governo.gov.ao/fotos/frontend\\_1/editor2/constituicao\\_da\\_republica\\_de\\_angola.pdf](https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf). Acesso em: 27 jun. 2021.

luta armada de libertação nacional e, simultaneamente, funcionar como elemento ideológico-identitário de generalização da ideia de nação?

Para possível resposta, a reflexão será estruturada em torno de três pontos principais. Começaremos por algumas notas relativas à nossa abordagem, articulando o conceito de lugar de memória com a ação política. Apresentaremos, num segundo ponto, breves considerações em torno da catana tendo em conta a sua funcionalidade, como instrumento de combate, frequentemente associado à revolta e à resistência; não descurando algumas notas acerca da catana no espaço social angolano, fora do âmbito da luta armada. Por último, iremos tecer algumas considerações acerca do processo de construção da memória da luta armada e da sua provável relação com a ideia generalizada de nação, tendo como protagonista uma distinta atriz: a catana.

Última ressalva: o ponto de partida da nossa abordagem é o 4 de fevereiro de 1961. Esta opção não secundariza outros acontecimentos históricos. Calha que a memória veiculada pelo Estado considera o 4 de fevereiro como o início da luta armada, cuja ritualização é regularmente simbolizada pela catana. Daí privilegiar-se a documentação produzida pelo MPLA, visto que esta organização capitalizou o acontecimento de forma sistemática desde 1961 até, praticamente, o início do século XXI. Embora, se tenha feito uma incursão na documentação da UPA/FNLA. Não se trata, portanto, de desvalorizar aqui as demais datas de referência histórica: Baixa de Kassange, em 4 de janeiro de 1961, e 15 de março de 1961. Isto constituirá matéria para outra reflexão.

## **A nossa abordagem**

Convém clarificar o ponto de partida desta abordagem relativamente ao conceito de memória:

Memória e história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khory. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, jul.-dez. 1993, p. 9. Idem. **Les Lieux De La Mémoire. I. – La République**. France: Gallimard, 1984, p. XVIII- XLII.

A memória será aqui apreendida no sentido social. Entendida como memória coletiva; um fenômeno historicamente construído, coletivo e social, e sujeito a flutuações, transformações e mudanças constantes<sup>8</sup>.

Quanto aos elementos constitutivos da memória podemos reter três: os acontecimentos, as personagens e os lugares<sup>9</sup>. Estes três componentes podem ser reais ou imaginários. Mas, a memória estrutura-se também em torno da seletividade, pois implica a amnésia ou o esquecimento, consciente ou inconsciente. Neste sentido a memória será retida na sua relação com o esquecimento e a amnésia<sup>10</sup>; e será pensada como algo de dinâmico e sujeito a múltiplas transformações, pois ela:

é a vida, levada por grupos vivos e como tal está em evolução permanente, sujeita à dialéctica da recordação e da amnésia; muitas vezes inconsciente das suas sucessivas deformações e como tal sujeita a instrumentalizações e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações<sup>11</sup>.

A memória pode ser um fenômeno herdado, implicando a transmissão do acontecimento, do lugar e dos atores de geração em geração. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada<sup>12</sup>.” Ou seja, há memórias que permanecem para além da vida biológica. Esta permanência não significa que a memória seja estática, está sujeita a transformações e até a reavaliações: “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória<sup>13</sup>.”

A construção da memória, sobretudo quando “há herança”, implica a constituição de uma identidade. Pois, “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.2. O sublinhado é nosso. Reconhecemos, contudo, a relevância do questionamento da memória como fenômeno meramente coletivo pois esta última não pode ser uma determinante de “forças sociais relativamente abstractas. [...], não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente, obediente à vontade colectiva interiorizada”. GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz**: Angola e as suas transições. Coimbra: [s.n.]. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Universidade de Coimbra, 2014, p. 44.

<sup>9</sup> POLLACK, op. cit., p. 3.

<sup>10</sup> Acerca da relação entre memória e esquecimento ver: Idem. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, vol. 2, 1989, p. 3-15.

<sup>11</sup> NORA, op. cit., 1993, p. 9.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>13</sup> Ibid., p. 4.

<sup>14</sup> Ibid., p. 5.

Esta ligação nota-se em determinadas representações e práticas – sociais – que frequentemente possuem um valor simbólico, e por isso adquirem a função de (re)produzir uma identidade porque veiculam representações e práticas de identificação e de identificação. Visto que a identidade remete para a capacidade de inclusão e exclusão em que os atores são capazes de se identificar com conjuntos mais amplos. E, delimitar em relação a outros, distâncias e fronteiras.

Constatada a relação intrínseca entre memória e identidade, torna-se necessário encontrar os espaços onde esta relação se *crystaliza e se refugia*<sup>15</sup>. Lugares de (re)produção de identidade<sup>16</sup>; lugares com valor simbólico. Estes podem ir desde o objeto concreto e material, situado no tempo e no espaço, até ao objeto mais abstrato e intelectualmente construído e que o mesmo autor definiu como os lugares de memória. Passemos a sua clarificação:

Um lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum [...]<sup>17</sup>.

Um lugar de memória compreende três elementos em plena *coexistência*: a materialidade, a funcionalidade e o simbolismo. Nora sublinha que só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica como, por exemplo, ser objeto de um ritual e que possa também servir, periodicamente, *para uma chamada concentrada da lembrança*<sup>18</sup>.

Importa salientar que o processo de construção e manutenção de um lugar de memória está frequentemente sujeito, não exclusivamente, a uma lógica de:

politização da memória em que o princípio de visão e divisão política predomina em relação aos outros princípios. Aproximando pessoas bem distantes segundo critérios antigos e afastando pessoas que estão próximas umas das outras no que respeita aos juízos e escolhas de uma antiga existência<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> Ibid., p. 7-28.

<sup>16</sup> Lugares que remetem para “sinais de reconhecimento e de pertença de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos”. Ibid., p. 13.

<sup>17</sup> GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*. Rio Grande, n. 3, 2012, p. 34, *apud* NORA, op. cit., 1997. v.1-3.

<sup>18</sup> “Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objecto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]”. NORA, op. cit., 1993, p. 21-22, 1993.

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984, p. 243.

No caso angolano, o universo político-organizacional tem sido a principal instância de veiculação de uma representação (co)memorativa da luta armada. Representação devedora do fato de ter sido o principal ator da ação político-militar anticolonial que culminaria na independência nacional. Desde então o Estado tem sido protagonista desta regular reificação da memória da luta armada, contribuindo para o reforço da carga material e simbólica deste acontecimento (extra)ordinário, a saber, para a notoriedade que a catana tem adquirido nesta dinâmica ritualizante do acontecimento.

Clarificada a nossa abordagem, na relação entre lugar de memória e ação política, passemos ao lugar que a catana pode ocupar na representação da luta armada como possível lugar de memória, sem descuidar uma possível função ideológico-identitária, no sentido de contribuir para uma consciência coletiva em torno da ideia generalizada de nação. Mas antes apresentaremos, considerações gerais acerca da catana, realçando a sua funcionalidade e a sua simbologia; sem descuidar algumas notas acerca da catana, no espaço social angolano, fora do âmbito da luta armada.

### **A catana - Funcionalidade e simbologia - Considerações gerais**

Debater a origem da catana não cabe na nossa reflexão. Importa sublinhar que, provavelmente, este instrumento de uso manual, associado ao mundo agrário e ao conflito violento, sofreu múltiplas configurações<sup>20</sup>: na forma, na função, na nomenclatura e até na simbologia<sup>21</sup>. Iremos deter-nos na dimensão conflitual desta ferramenta, salientando o seu uso como arma de combate.

A catana pode ser vista como um prolongamento do corpo em revoltas nas regiões da América do Sul e do Caribe que, segundo Desch-Obise traduziram em lutas antiescravagistas, independentistas e até em revoluções violentas, como foram os casos do Haiti, de Cuba e da Colômbia<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Em nosso entender, o ponto de partida que define esta ferramenta reveste-se de forte subjetividade, o que pode reflectir um critério eurocêntrico no respeitante à sua origem e definição. Ver: ZAPATA, Laura Arango; DIEZ, Daniel Gonzalez. **Prácticas y significados asociados al machete en el suroeste de Antioquia**. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, Escuela de Arquitectura y Diseño, Facultad de Diseño Industrial Diseño Industrial, 2013, p. 1-33. Disponível em: <http://docplayer.es/64926888-Practicas-y-significados-asociados-al-machete-en-el-suroeste-de-antioquia-laura-arango-zapata-daniel-gonzalez-diez-asesores.html>. Acesso em: 30 mai. 2021. Ver também: PORTAL de apoio ao estudante. The history of the machete. History Essay. **UKEssays**, nov. 2018. Disponível em: <https://www.ukessays.com/essays/history/the-history-of-the-machete-history-essay.php?vref=1>. Acesso em: 28 mai. 2021.

<sup>21</sup> Ver DESCH-OBI, T. J. Peinillas and popular participation: machete fighting in Haiti, Cuba and Colombia. **Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, v. 6, n. 11, nov. 2009, p. 144-172. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=85512905010>. Acesso em: 30 mai. 2021.

<sup>22</sup> Ibidem.

Em África, este instrumento não foge à regra do trabalho e da guerra. Aparenta anteceder a chegada dos europeus. O *facão*, durante séculos principal instrumento da agricultura e da guerra na África Ocidental e Central, continuou a ser ferramenta necessária no quadro da escravidão no Caribe<sup>23</sup>.

A *Panga* (nomenclatura africana) se remete-se para uma simbologia ligada ao trabalho agrícola, não deixa de evocar a guerra como meio de resolução de conflitos entre africanos e como forma de resistência contra a presença europeia em África. Referimo-nos, por exemplo, às lutas anticoloniais, independentistas e nacionalistas.

Um exemplo foi a revolta dos *Mau Mau* no Quênia<sup>24</sup>. Das armas utilizadas contra a presença inglesa, a catana parece ter ocupado um lugar privilegiado. No contexto pós-colonial, o uso da catana aparece ligado a conflitualidades que se desenrolaram nos territórios independentes, sendo Ruanda o exemplo mais notório, uma vez que a catana é regularmente evocada como instrumento de genocídio dos tutsi pelos hútu - dois grupos etnolinguísticos -, no decurso da guerra civil<sup>25</sup>.

Notemos, também, que o recurso à catana tem sido relacionado com problemas sociais que podem refletir estados de anomia, como a violência urbana. E, ainda, a formas de violência associadas a determinadas práticas mágico-religiosas, de que o feitiço é um forte exemplo<sup>26</sup>.

### **A catana em Angola fora do âmbito da luta armada**

Para Victorino Joaquim, a catana é uma ferramenta milenar de trabalho e de proteção generalizada em todos os grupos etnolinguísticos de Angola. É designada *njango* pelos *ambundu*, *otana* pelos *ovimbundu*, *kimpùpu* ou *Tanzi* pelos *bakongo*, *ndjango* pelos *cokwe* e *poko* pelos *ngangela*<sup>27</sup>. Todavia, a sua origem, definição e até função necessita de clarificação. Tal não impede que se exponham aqui duas propostas interessantes.

---

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Sobre a revolta dos Mau-Mau ver: LEWIS, Amanda Elizabeth. **A kenyan revolution: Mau Mau, land, women, and nation**. Tese (Doutorado em História) - Faculty of the Department of History, East Tennessee State University, 2007.

<sup>25</sup> RELATORIO sobre genocídio no Ruanda, La France, le Rwanda et le génocide des Tutsi (1990-1994), Rapport remis au Président de la République le 26 mars 2021, **Commission de Recherche Sur Les Archives Françaises Relatives Au Rwanda et au Génocide Des Tutsi**, France: Armand Colin, 2021. Disponível em [https://www.viepublique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/279186\\_1.pdf](https://www.viepublique.fr/sites/default/files/rapport/pdf/279186_1.pdf). Acesso em: 29 mar. 2021.

<sup>26</sup> A este propósito, ver: FALL, Bineta. **Sorcellerie et albinisme en Afrique Subsaharienne**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Université du Québec, Montréal, 2018.

<sup>27</sup> JOAQUIM, Victorino Luanda: Catana: ferramenta milenar. Luanda: **Jornal de Angola**, 15 nov. 2017. Disponível em <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=393320>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Segundo Miller, “o testemunho linguístico identifica” kimbuya como termo usado pelos ovimbundos para designar a catana e, refere ainda, que a palavra kimbuya é originária da região dos ovimbundu<sup>28</sup>.

Possivelmente na era pré-colonial, o subgrupo étnico bazombo fazia uso da catana. “Era com este instrumento que os homens tratavam do campo de ráfia (na época pré-colonial), do tabaco indígena, da liamba (haxixe) e também das culturas comerciáveis como o feijão e a batata-doce”<sup>29</sup>.

A catana, além de ser um instrumento agrícola e de trabalho, a sua função não se esgota aí. Há indícios de que o uso deste instrumento pode ter estado relacionado com um conjunto de manifestações culturais, como rituais e crenças relacionadas com determinados universos sociais e suas respectivas estruturas mágico-religiosas, que, provavelmente, participaram e participam no processo de configuração do espaço social angolano.

Temos como exemplo o juramento da *undua* que consiste em determinar a culpabilidade ou a inocência de um indivíduo. Administra-se uma bebida, ao indivíduo, cujo efeito é provocar o vômito. Caso não vomite, o indivíduo é considerado inocente. Caso contrário, é considerado culpado; aí “o negro que está mais próximo da vítima, vibra-lhe logo um golpe de machete (faca do mato), e é este o signal para que todos [...] o dilacerem com as facas e zagaias [...]”<sup>30</sup>.

As funcionalidades da catana têm também uma simbologia relacionada com o universo político, designadamente, ao campo do poder de certas sociedades africanas: “O soberano do Bailundo possui um conjunto de símbolos de poder que consubstanciam o seu estatuto e lugar social. Os mais importantes são o bastão, *assapata*; o banco, *otchalo*; a zagaia, *horjonje*; e a catana, *omoku*”<sup>31</sup>. Todavia, como em outras regiões do mundo, a catana também foi usada para contestar o arbitrário colonial. No caso de Angola, a dominação colonial portuguesa.

Em finais do século XVIII um militar fazia menção a um traçado (provavelmente uma catana), como um dos instrumentos de combate que os africanos usavam para resistir às campanhas militares

---

<sup>28</sup> MILLER, Joseph C. **Poder político e parentesco**: os antigos Estados Mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995, p. 154. O mesmo autor considera que este instrumento é uma arma.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, José Carlos de. **Os Zombo e o futuro (Nzil'a Bazombo)**: na tradição, na Colónia e na Independência. Tese (Doutoramento em Antropologia social e cultural), Universidade de Coimbra, 2008, p. 178-179. O mesmo considera ainda que a catana servia igualmente para desbravar caminho e que, na divisão sexual do trabalho, era o instrumento masculino e a enxada o instrumento feminino. Ibidem, p. 183.

<sup>30</sup> SARMENTO, Alfredo de. **Os sertões d'África** (apontamentos de viagem). Lisboa: Editor proprietário Francisco Arthur da Silva, 1880, p. 102.

<sup>31</sup> FLORÊNCIO, Fernando. No Reino da Toupeira: autoridades tradicionais do M'balundu e o Estado Angolano. In: FLORÊNCIO, Fernando et al. **Vozes do universo rural**: reescrevendo o Estado em África. Lisboa: Centro de Estudos Africanos/ISCTE-IUL, 2010, p. 80-175.

lusas<sup>32</sup>. No século XIX, a catana, também na época denominada machete ou *faca do matto* adquire, juntamente com outras armas, um papel fundamental na conflitualidade entre colonos e colonizados, mas também no seio dos próprios colonizados<sup>33</sup>.

À medida que se consolidava no território angolano a administração colonial, a catana potencia-se como arma de contestação ao arbitrário colonial com relativa autonomia, talvez refletindo o lugar que ocupavam os africanos no processo de divisão do trabalho imposto pelo Estado colonial. A título de exemplo, em 1917, catanas seriam usadas como arma numa revolta protagonizada por serviçais africanos repatriados de São Tomé, no distrito de Cuanza-Norte<sup>34</sup>.

O prenúncio desta ferramenta simbolizar, porventura, uma gloriosa memória, foi a revolta da Baixa de Kassange. A revolta aconteceu devido às más condições de trabalho e de subsistência dos trabalhadores da COTONANG, empresa luso-belga que monopolizava a produção e a comercialização do algodão naquela região de Malanje. Porém, há quem considere que esta revolta ultrapassou o quadro reivindicativo laboral<sup>35</sup>. Consta que os revoltosos usaram catanas e canhangulos<sup>36</sup>.

### **A longa marcha da catana**

Um esclarecimento: este ponto está subdividido em três tempos. O primeiro entre 1961 e 1975; o segundo entre 1975 e 2005, e o terceiro corresponde a um balanço reflexivo acerca da catana sessenta anos após o início da luta de libertação nacional. Esta subdivisão deve-se ao fato de, nas leituras exploratórias da documentação consultada, a relevância deste utensílio como símbolo da luta armada de libertação nacional se afigurou, de forma descontínua e variável no espaço angolano. Senão vejamos.

Entre 1961 e 1975, este instrumento não parece adquirir centralidade no grosso da narrativa em torno da luta armada. Entre 1975 e 2005, a catana parece adquirir o estatuto de principal veiculador de uma gloriosa memória em torno da luta armada. Por último, apresenta-se uma reflexão em torno da catana, sessenta anos após o início da luta armada, que aparenta estar distanciada da memória da luta de armada de libertação.

---

<sup>32</sup> NOTÍCIAS das regiões e povos de Quisama e do Mussulo -1798, pelo coronel Paulo Martins Pinheiro Lacerda. Disponível em <https://arlindo-correia.com/080109.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

<sup>33</sup> Ver SARMENTO, op. cit. Na página 22 consta uma gravura representando “as armas do gentio”. Uma delas, parece ser uma espécie de catana. Ver também: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta-Da-China, 2009.

<sup>34</sup> Ibidem, p.183.

<sup>35</sup> Ibid., p. 29. Esta historiadora considera que a *revolta da Baixa de Kassange* é o primeiro episódio da guerra colonial.

<sup>36</sup> SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. **Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos - de 1945 a 1965**. Tese de doutoramento, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2011, p. 28.

Último esclarecimento: a documentação consultada engloba, sobretudo, fontes impressas, nomeadamente um conjunto de documentos provenientes da Associação Tchiveka de Documentação (ATD) e da imprensa, como é o caso do *Jornal de Angola*. Daí o caráter exploratório da abordagem.

### **À espera de uma gloriosa catana, 1961-1975**

Para adquirir o estatuto de memória de Estado, associado à luta armada de libertação nacional, a catana percorreu um “sinuoso” caminho até atingir a aura simbólica no dia 11 de novembro de 1975.

Um momento nuclear deste utensílio como símbolo da luta armada pode ter sido no dia 4 de fevereiro de 1961, quando um grupo de angolanos munidos sobretudo de catanas decidiu assaltar as cadeias de Luanda com o intuito de libertar os presos políticos que haviam reivindicado a independência de Angola<sup>37</sup>.

Outro momento foi quando no dia 15 de março de 1961 militantes da UPA munidos de catanas (e outras armas) decidiram atacar no norte de Angola edifícios como esquadras, vilas e fazendas. Ou seja, tudo o que representava a dominação colonial. Indivíduos classificados como brancos, mestiços e, até os considerados negros, pela sua alegada cumplicidade com “o colono, foram vítimas destes ataques”<sup>38</sup>.

A extrema violência desta ação foi empolada por imagens fotográficas de seres humanos esquartejados por catanas. Tais imagens seriam utilizadas pela propaganda colonial para retomar a velha dicotomia entre a barbárie e a civilização. A catana torna-se um instrumento simbólico de rememoração do asselvajamento do africano. O utensílio adquire força como objeto de memória, (re)reproduzido pelo Estado colonial<sup>39</sup>, o que pode ter contribuído para que a catana até 1975 não tivesse tido grande relevância, tanto nas narrativas iconográficas como nos escritos, no espaço político-organizacional angolano<sup>40</sup>. A catana parece ter ficado diluída nas lutas reivindicativas entre a UPA/FNLA e o MPLA em torno da legítima luta armada de libertação nacional.

---

<sup>37</sup> LARA, Lúcio. **Um amplo movimento...**: itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara (até 1961). Luanda: Edição Lúcio e Ruth Lara, 1998, p. 497.

<sup>38</sup> NETO, Maria da Conceição. 15 de Março de 1961: UPA e a revolta no norte de Angola. In: CARDINA, Miguel; MARTINS, Bruno Sena Martins (org.) **As voltas do passado**: a guerra colonial e as lutas de libertação. Lisboa: Tinta da China, 2018, p.64.

<sup>39</sup> Ver RAMOS, Afonso Dias. Angola 1961, o horror das imagens. In: VICENTE, Filipa Lowndes (ed.). **O Império da visão**: fotografia no contexto colonial português (1860-1960). Coimbra: Edições 70/Almedina, 2014, p. 397-432. SANTOS, Eduardo dos. **Maza**: elementos de etno-história para a interpretação do terrorismo no Noroeste de Angola. Lisboa: Edição do Autor, 1965; VENTURA, Reis. **Sangue no capim**. Braga: Pax, 1972.

<sup>40</sup> Embora a documentação consultada relativamente à UPA/FNLA tenha sido quantitativamente menor que a do MPLA, supomos que esta organização também tenha mitigado a simbologia da catana fora do seu espaço político-militar. Ver arquivos online onde se pode encontrar alguma documentação relativa à UPA/FNLA: <http://casacomum.org/cc/arquivos>, <https://www.tchiveka.org/arquivo-lucio-lara>.

Seria, porventura, a partir de junho de 1961 que o MPLA daria início a uma narrativa de reivindicação do 4 de fevereiro, complementada com a premissa de ter sido o principal ator político-militar do início da luta armada de libertação nacional<sup>41</sup>. Tese contestada pela UPA/FNLA, que considerava (e ainda considera) o dia 15 de março de 1961 como o início da luta armada<sup>42</sup>.

A simbologia da catana relacionada com a luta armada não parece ter acompanhado a dita regularidade reivindicativa<sup>43</sup>. Pela documentação consultada, este instrumento aparenta emergir de forma irregular como símbolo da luta armada, quer na iconografia, quer na literatura produzida sobretudo pelo MPLA. Este aparente esbater da presença da catana das diferentes narrativas não a exclui da memória da luta anticolonial. Embora inconstante e de certo modo residual, a catana vai assinalando a sua presença. Apresentamos alguns exemplos.

Num documento do MPLA, de janeiro de 1964, pode ler-se: “Os patriotas dispunham apenas de catanas e algumas armas apreendidas aos portugueses”<sup>44</sup>. Num manual de alfabetização do MPLA, de agosto de 1965, constam três indivíduos em fila indiana: dois à frente com armas de fogo e um munido de uma catana. Constam, igualmente, três indivíduos representando um ataque apenas munidos de catanas; além de um desenho com dois indivíduos enfrentando um bombardeamento com catanas<sup>45</sup>.

De notar que o CEA (Centro de Estudos Angolano) sediado na Argélia parece ter sido lugar privilegiado de produção escrita e iconográfica que relaciona a catana com a luta armada<sup>46</sup>.

Num boletim produzido pelo CEA (Centro de Estudos Angolanos), a catana começa por emergir na narrativa iconográfica de forma mitigada. Neste primeiro número do boletim temos a gravura de

---

<sup>41</sup> No primeiro comunicado relativamente ao 4 de Fevereiro de 1961, o MPLA não reivindicou a autoria do feito. Ver: LARA, op. cit., p. 426-427.

<sup>42</sup> SILVEIRA, op. cit., p.17. Ver também o documento: FNLA. La lutte armée en Angola. **Associação Tchiweca de Documentação (ATD)**, 1967, p. 9.

<sup>43</sup> As modalidades reivindicativas têm variabilidade. A assunção do 4 de fevereiro começa por ser um feito atribuído a “patriotas angolanos, na sua maioria militantes do MPLA”. A paternidade do 4 de fevereiro será oficialmente, assumida, no seguinte extrato: “É já do conhecimento público que em 4 de Fevereiro do ano corrente, militantes do nosso movimento, enquadrando um determinado número de nacionalistas, dirigiram os ataques às prisões civis de Luanda, com o objectivo de libertar os dirigentes nacionalistas detidos pela polícia de Salazar”. A LUTA armada. **Jornal Unidade Angolana**, Leopoldville, doc. MPLA, in ATD, dez. 1961. p.1. Outra modalidade reivindicativa considera que o feito do MPLA tinha a “companhia de outros nacionalistas”. O 4 DE FEVEREIRO. **Jornal Unidade Angolana**, Leopoldville, doc. MPLA, in ATD, 4 fev. 1962. p. 1. Ou: A LUTA armada desencadeada pelo MPLA. **Evolution du rapport des forces en Angola**, doc. MPLA in ATD, jan. 1968, p. 2.

<sup>44</sup> LARA, op. cit., p.453-454.

<sup>45</sup> Doc. MPLA. Manual de alfabetização, ATD, ago. 1965, p. 28, 42 e 60. Policopiado.

<sup>46</sup> Em 1964 fora criado um Centro de Estudos Angolanos cuja função era a produção e divulgação de documentação relativa ao nacionalismo angolano. O centro-começou por prestar alguns serviços ao MPLA. Posteriormente passou para uma colaboração mais intensiva até ser enquadrado politicamente pelo MPLA. Muitos membros do CEA acabariam por se filiarem no MPLA. PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria**. Lisboa: Afrontamento, 2006, p. 66, 84. Mas até 1966, o CEA era um organismo autônomo. Isto pode significar que a documentação produzida por este organismo, servisse os interesses do MPLA, mas não era assumida por este movimento. Aliás, Agostinho Neto, presidente do MPLA, era bem claro relativamente ao lugar do CEA: “O Centro é um organismo apoiado pelo MPLA, mas não é um organismo do MPLA”. ACTA da reunião de Agostinho Neto com o CEA. Doc. CEA, in ATD, dez. 1966, p. 6. (incompleto, começa na p. 5).

uma catana empunhada, subjugando tropas portuguesas<sup>47</sup>. No segundo número consta o desenho de um indivíduo tombado no arame farpado com uma catana no chão<sup>48</sup>. Mas onde é notória uma narrativa escrita e iconográfica, relacionada com o 4 de fevereiro, é na edição do referido mês de 1966. Trata-se de uma pequena história ilustrada [Figura 1] que insere a catana num ataque, por parte dos nacionalistas angolanos, à esquadra da polícia<sup>49</sup>.

Esta forma explícita de relacionar a catana com o 4 de fevereiro de 1961, não parece acompanhar a maioria das narrativas produzidas pelo MPLA em torno da luta armada<sup>50</sup>. Provavelmente, a simbologia desta ferramenta, restringiu-se ao espaço social controlado pela organização político-militar<sup>51</sup>. Também é presumível que a glorificação da catana possa não ter sido adequada ao papel de organização político-militar que o MPLA pretendia representar na luta contra o exército português. Ou, era uma forma de se distanciar dos acontecimentos do 15 de março, atribuindo ao seu inimigo o estatuto de arcaísmo bélico em detrimento da modernidade estratégico-militar<sup>52</sup>. Nesta sequência a catana irá, supostamente, permanecer com escassa visibilidade nas narrativas anticolonialistas até 1975, como se aguardasse uma oportunidade de ofuscar a memória, desfavorável à catana, veiculada pelo Estado colonial.

---

<sup>47</sup> Doc. CEA. **Angola Boletim Cultura e Revolução**, n. 1, in ATD, ago. 1964, p.51. Na gravura, provavelmente da autoria de Henrique Abranches, consta a seguinte legenda: “Vitória ou Morte”.

<sup>48</sup> Ibidem. **Angola Boletim Cultura e Revolução**, n. 2, in ATD, out. 1964, p. 37. A gravura, provavelmente da autoria de Henrique Abranches, tem a seguinte legenda: “homenagem aos mártires angolanos que tomaram na luta contra o jugo brutal do colonialismo português e do imperialismo pela independência completa de Angola”. O número seguinte, de 4 fevereiro de 1965, apresenta uma gravura, provavelmente do mesmo autor, homenageando alegadamente a data, constituída por um grupo de pessoas munidas de armas de fogo e catanas em posição de ataque. Ibidem. **Angola Boletim Cultura e Revolução**, n. 3, in ATD, 4 fev. 1965 p. 3.

<sup>49</sup> Ibid. **Angola Boletim, Cultura e Revolução**, n.5, in ATD, 4 fev. 1966 p. 17- 24.

<sup>50</sup> Adolfo Maria, antigo membro da CEA e do MPLA, sublinha: “Não me lembro de ter havido diretiva no sentido de não se evocar o papel da catana no desencadear da luta armada”. Informação prestada em 6 ago. 2021.

<sup>51</sup> Num órgão de informação do MPLA de 1972 em língua francesa, consta na primeira página o seguinte: “A 4 de Fevereiro de 1961, militantes do MPLA, armados de catanas, atacaram as prisões da capital”. O texto é acompanhado da mesma gravura – com catana – que consta no primeiro número do *Boletim Cultura e Revolução* (Ver nota 54). **Vitória ou Morte**, Brazzaville, doc. MPLA in ATD, 4 fev. 1962. p.1.. Na versão portuguesa do mesmo órgão temos a mesma gravura, mas no texto, referente ao 4 de fevereiro, não consta a palavra catana. Talvez, um raro momento em que este instrumento foi assumido, fora do espaço político-militar da organização, como memória do 4 de fevereiro de 1961? Antigo guerrilheiro do MPLA, Paulo Lara, confirmou que a catana, associada ao 4 de fevereiro, fazia parte das conversas dos militantes e guerrilheiros do MPLA. Informação prestada em 15 jun. 2021. Ver também: FORMAÇÃO Militante - 3ª. Classe - MPLA - D.E.C., 1970. Fundação Mário Soares/Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_83879](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83879). Acesso em: 13 fev. 2022.

<sup>52</sup> Segundo Adolfo Maria, parece ter havido “relutância” em evocar a catana até 1974, mas não sabe se tal sucedeu de modo subconsciente ou se por diretivas. Mas considera que “houve sempre e em tudo a intenção expressa de o MPLA se demarcar do poderoso rival, a UPA/FNLA, tão associada às catanas esquadrejadoras”. Informação prestada em 6 ago. 2021.



Figura 1:  
Página de história ilustrada com ataque com catanas em alusão ao 4 de fevereiro.  
In: **Angola, Boletim Cultura e Revolução**, n. 5. 4 fev. 1966. Argel: edição CEA  
(Centro de Estudos Angolanos), p.21.

A catana volta à *luz do dia* no decurso do processo de transição para a independência de Angola, quando Agostinho Neto chegou a Luanda a 4 de fevereiro de 1975<sup>53</sup>. Dos inúmeros cartazes de boas-vindas, que aguardavam o líder do MPLA, há um que chama a atenção. Trata-se de um cartaz contendo gravuras de catanas em forma de letra X, com os seguintes dizeres: «4 de Fevereiro de 1961»<sup>54</sup>. Porventura, o prenúncio do surgimento deste instrumento, como símbolo da luta armada e objeto simbólico integrante do ato fundador da “nação”<sup>55</sup>.

### A gloriosa catana, 1975-2005

O primeiro momento de consagração da catana como objeto contributivo de memória da luta armada é o ritual de passagem de Angola, a 11 de novembro de 1975, de uma colônia para um Estado independente. Epifania cênica, com o hastear da nova bandeira, o cantar do hino nacional, com os prováveis atores do 4 de fevereiro agitando as catanas. E, o discurso proferido por Agostinho Neto, corpo político reificado em pai fundador da nação, anunciando a criação da República Popular de Angola e incluindo na narrativa a paternidade do 4 de fevereiro: “Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa”<sup>56</sup>. No mesmo ano, a catana ganha força de lei como simbologia do trabalho e da luta armada<sup>57</sup>. E emerge, com a roda dentada, como logotipo do *Jornal de Angola*. Em 1977, a catana aparece numa representação gráfica, partilhando, no referido jornal, a reivindicação do feito pelo MPLA [Figura 2]<sup>58</sup>.

---

<sup>53</sup> Após o golpe militar de 25 de abril de 1974, as três organizações nacionalistas encetaram negociações com as autoridades coloniais que iriam culminar com um acordo assinado em Alvor (Janeiro de 1975), entre o MPLA, a UNITA, a FNLA e o Estado português. Dos vários pontos do acordo, constava aquele que preconizava a independência de Angola no dia 11 de Novembro de 1975. Após a assinatura do Acordo, Agostinho Neto regressou a Luanda no dia 4 de fevereiro de 1975. Ver CORREIA, Pezarat. **Da descolonização**. Do protonacionalismo ao pós-colonialismo. Luanda: Mayamba Editora, 2018.

<sup>54</sup> NETO Regressou. **Notícias (semanário)**, n. 701, 8 fev. 1975, p. 43-54. O Jornal Província de Angola noticiava que na receção a Agostinho Neto estava “um grupo representativo dos homens que fizeram o 4 de Fevereiro, envergando os seus calções de combate e as históricas catanas”. Entusiasmo indescritível no regresso a Luanda de Agostinho Neto. PROVÍNCIA de Angola, ano LV, n. 15968, 6 fev. 1975, p. 2.

<sup>55</sup> Na transição para a independência a catana serviu também para, por um lado, ajustar contas com o arbitrário colonial e, por outro, como arma de combate nos confrontos entre os três movimentos. Ver: MARQUES, Alexandra. **Segredos da descolonização de Angola**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2013.

<sup>56</sup> DISCURSO do presidente Agostinho Neto na proclamação da independência. Disponível em <https://silo.tips/download/discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>57</sup> LEI Constitucional da República Popular de Angola de 1975. Disponível em: <https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>58</sup> NO ESPÍRITO do 4 de Fevereiro a construção da pátria socialista. **Jornal de Angola**, ano LV, n. 16853, 4 fev. 1977, p. 9.

O simbolismo deste utensílio reforça-se quando, no dia 4 de fevereiro de 1978, Agostinho Neto surge numa fotografia empunhando uma catana, que fora utilizada no 4 de fevereiro de 1961 [Figura 3]<sup>59</sup>. Legitimada, como prolongamento do corpo do fundador da nação, a catana torna-se um objeto incontornável não apenas como símbolo da luta armada, mas, provavelmente, como elemento ideológico-identitário da construção de uma nação.

Possivelmente este instrumento vai-se disseminando como objeto de memória nas várias esferas do Estado independente, sob controlo do MPLA/Estado. O sistema educativo torna-se provavelmente uma das esferas da sociedade com maior atenção ao processo de memorização deste instrumento como símbolo da luta armada e de construção identitária<sup>60</sup>. Mas, tendo em conta que a paternidade continua a ser veiculada pelo MPLA/Estado, a catana tem de partilhar com este último a simbologia do acontecimento.

A partir da década de noventa, a nova conjuntura político-partidária, a saber, o pequeno período de paz e a abertura ao multipartidarismo, possibilita outras narrativas relativamente ao 4 de fevereiro de 1961. A catana vai, adquirindo, paulatinamente, estatuto de objeto autónomo de memória privilegiada do início da luta armada. Paulatinamente, porque tem de partilhar ainda com o MPLA/Estado a simbologia do feito, como se pode constatar no discurso do então Presidente da República José Eduardo dos Santos: “[...], nesse dia, em Luanda um grupo decidido de patriotas desencadeou a acção directa contra o poder colonial atacando com catanas algumas instituições com o objectivo [...] de impedir o desterro para os campos do Tarrafal”<sup>61</sup>.

Ainda na década de noventa, parece despontar um certo “convívio” entre a narrativa reivindicativa do feito e o questionamento do mesmo<sup>62</sup>. A catana parece conseguir sair, incólume, desta dualidade. No questionamento da paternidade do 4 de fevereiro, chegara-se ao ponto de não só questionar a paternidade do feito por parte do MPLA como a atribuí-lo à autoria à UPA/FNLA<sup>63</sup>. Versão desmentida por uma protagonista do 4 de fevereiro, Engrácia Francisco Cabenha, que indexou a simbologia do feito ao MPLA, pois, em seu entender, os protagonistas do 4 de fevereiro carregavam “o sentimento do MPLA”<sup>64</sup>.

---

<sup>59</sup> NO DIA dos heróis o povo reuniu-se com o seu líder (com foto de Agostinho Neto com catana). **Jornal de Angola**, ano II, n. 16853, 5 fev. 1978, p.1.

<sup>60</sup> Ver REPÚBLICA Popular de Angola. Ministério da Educação. **Manual de alfabetização** [A vitória é certa: a luta continua], 1980, p. 28. Biblioteca digital - livros e manuais escolares (período pós colonial). Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/LivrosEscolaresPosColoniais.aspx>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>61</sup> DISCURSO do camarada presidente no acto central do 4 de Fevereiro: as tendências separatistas são manipuladas por países que sempre quiseram anexar Cabinda. **Jornal de Angola**, ano 13, n. 4952, 5 fev. 1991, p. 13.

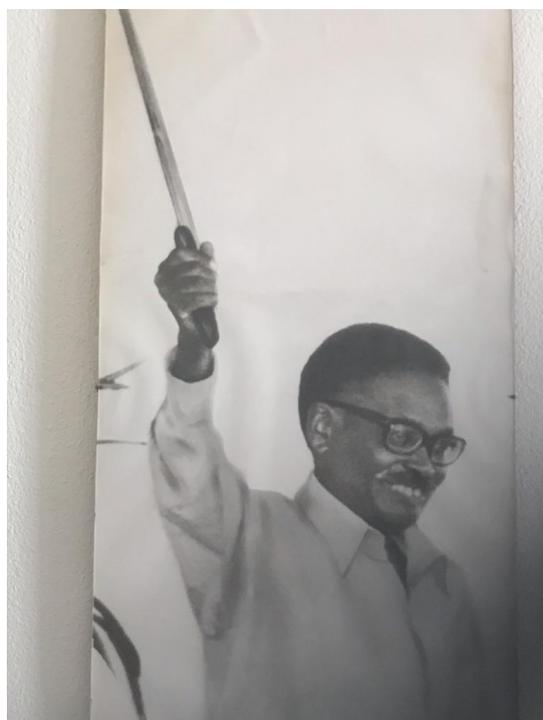
<sup>62</sup> Em 1994, o **Jornal de Angola** apresenta sutilmente um questionamento da paternidade do 4 de fevereiro: “um facto político com a natureza e dimensão do 4 de Fevereiro não pode ficar sujeito a dimensão de uns tantos”. FACTO histórico. **Jornal de Angola**, ano 18, n. 5938, 4 fev. 1994, p. 2.

<sup>63</sup> Sobre a questão da paternidade do 4 de fevereiro, ver: TALI, Jean-Michel Mabeko. **O MPLA perante si próprio (1962-1977)**. Luanda: Editorial Nzila. vol. I, 2001.

<sup>64</sup> ENGRÁCIA Francisco Cabenha, a rainha do 4 de Fevereiro afirma: o 4 de Fevereiro não tem nada a ver com a UPA. **Jornal de Angola**, ano 20, n. 6661, 3 fev. 1996, p. VI-VII. Assim, o MPLA pode continuar a capitalizar o feito.



**Figura 2:** Imagem de uma gravura em homenagem ao 4 de fevereiro. **Jornal de Angola**, n. 15968, 4 fev. 1977, p. 9.



**Figura 3:** Presidente Agostinho Neto empunhando uma catana alegadamente utilizada no 4 de fevereiro de 1961. **Jornal de Angola**, n. 16853, 5 fev. 1978.

No limiar do século XXI, a paternidade do 4 de fevereiro por parte do MPLA perdura<sup>65</sup>. Mas, vai competindo, por um lado, com um cada vez mais forte questionamento dessa paternidade e, por outro lado, com um crescendo de protagonismo da catana como memória do início da luta armada<sup>66</sup>. O que indicia a construção de uma distinção, relativamente à luta armada, entre memória de Estado e memória partidária; distinção que faz com que a catana possa adquirir, cada vez mais, características de lugar privilegiado de memória da luta armada de libertação nacional.

O ano da catana pode ter sido em 2005, quando o *Jornal de Angola* publicou a seguinte versão do 4 de fevereiro: “Dez grupos de 250 homens trajados de camisolas e calções pretos de catanas em riste partiram para o assalto a objectivos da administração colonial portuguesa”<sup>67</sup>. E, o zênite desta ferramenta, pode ter sido a 17 de setembro de 2005 quando foi inaugurado um monumento aos “heróis do 4 de Fevereiro”, localizado no município do Cazenga, em Luanda, erguido em homenagem aos combatentes que participaram no “4 de Fevereiro de 1961” [Figura 4]<sup>68</sup>.

Num site de notícias, retemos a seguinte descrição do monumento:

O Marco Histórico do Cazenga custou ao governo cerca de cinco milhões de dólares e possui uma escultura de 24 metros de altura, duas estátuas, de seis metros cada, simbolizando as figuras dos comandantes Paiva Domingos da Silva e Imperial Santana, empunhando catanas, em posição de ataque. Uma grande catana faz parte igualmente do monumento.

Comporta ainda três painéis em alto e baixo relevo descrevendo os assaltos às cadeias e esquadra policiais e três placas em bronze contendo os nomes dos principais intervenientes naquelas acções<sup>69</sup>.

---

<sup>65</sup> A reivindicação volta a ser recordada assertivamente: “Há 39 anos, 4 de Fevereiro de 1961, um grupo de nacionalistas sob a égide do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), iniciava a luta armada de Libertação de Angola do jugo do colonialismo português”. MARCO histórico do património político. *Jornal de Angola*, ano 25, n. 8115, 4 fev. 2000. p. 2.

<sup>66</sup> Em 2001 podia ler-se o seguinte: “durante muito tempo reivindicada pelo MPLA, por razões táticas e estratégicas, esta insurreição terá sido na realidade (...), explosão quase espontânea, e sem assinatura partidária expressa, de nacionalistas revoltados contra a discriminação colonial”. SERRA, João. A linguagem das catanas. *Jornal de Angola*, ano 26, n. 8478, 4 fev. 2001, p. 15. Mais do que um questionamento, era uma nova versão acerca da paternidade do 4 de fevereiro.

<sup>67</sup> 4 DE FEVEREIRO, Marco na história do país. *Jornal de Angola*, ano 29, n. 9929, 4 fev. 2005, p.1. Na p. 13 do mesmo jornal há um questionamento da paternidade do 4 de fevereiro.

<sup>68</sup> “PRESIDENTE da República inaugura em Luanda monumento em memória aos “heróis do 4 de Fevereiro”. *Jornal de Angola*, ano 30, n. 1055, 4 fev. 2005, p.15.

<sup>69</sup> CALUETO, Fernando. Luanda: Monumento histórico do 4 de Fevereiro no Cazenga em rápida degradação: placas de bronze com nome de nacionalistas foram roubadas. *Novo Jornal*, Luanda, 2 set. 2020. Disponível em <https://novojornal.co.ao/sociedade/interior/luanda-monumento-historico-do-4-de-fevereiro-no-cazenga-em-rapida-degradacao---placas-de-bronze-com-nome-dos-nacionalistas-foram-roubadas-93474.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.



**Figura 4:**  
**Marco Histórico do Cazenga.** Monumento em homenagem aos heróis do 4 de fevereiro, inaugurado a 19 de setembro de 2005.  
Foto: Fidel Reis.

Julgamos que a inauguração do Marco Histórico pode ter assinalado um momento significativo de passagem da catana, como objeto de memória da luta armada, para lugar de memória. Objeto disseminado na sociedade (instituições e repartições públicas, objetos de uso comum, etc.) e a possibilidade de funcionar como consciência coletiva em torno da ideia de nação. Mas esta conjectura merece ser temperada.

### **E agora catana?**

Sessenta anos após a luta armada e quarenta e seis anos após a independência, o universo social angolano vivenciou múltiplas transformações e constrangimentos de várias ordens que podem ter resultado em uma justaposição de memórias. A guerra civil protagonizada pela UNITA e pelo MPLA/Estado é uma das memórias que pode relegar a luta armada de libertação nacional para uma memória difusa<sup>70</sup>. Mas não só. Os usos da catana têm estado relacionados com o crescendo de problemas sociais que indicam um incremento da violência urbana<sup>71</sup>. Violência que pode ir desde o simples

---

<sup>70</sup> Não pelo acontecimento, cuja violência marcou de forma traumatizante o espaço social angolano, mas também por ser um lugar de memória que vai competindo com a memória da luta armada. As lutas de memórias são, também, lutas entre distintas gerações em que cada uma delas pretende ter a primazia de gloriosos feitos heroizantes.

<sup>71</sup> Formulou-se a seguinte questão à funcionária Maria Emília Silva: “Quando se fala de catana, qual é a primeira coisa que lhe vem à cabeça?” De imediato respondeu: “Luta, confusão... gangues.” Informação prestada em: 8 jul. 2021.

homicídio ao crime organizado e até a homicídios relacionados com determinadas práticas mágico-religiosas de que o feitiço é um forte exemplo.

O feitiço, relacionado com o uso da catana, parece ser indissociável de uma longa história de práticas sociais associadas à determinadas racionalidades cognitivas. Práticas que, exercidas em contextos de (re)emergência de problemas sociais (criminalidade, pobreza, desemprego, etc.), parecem formas de resposta aos desafios que acarretam os problemas sociais<sup>72</sup>. Tais constrangimentos podem ter contribuído para o estado lastimoso em que se encontrava o Marco Histórico do Cazenga, como foi noticiado pelo *Jornal de Angola*, publicado em 4 de fevereiro de 2021. Em um texto intitulado “Menina dos olhos sem brilho nem chama” pode-se ler o seguinte: “A cerca de 800 metros da sede da associação, está o Marco Histórico ‘4 de Fevereiro’, no Cazenga. Erguido há cerca de duas décadas em homenagem aos heróis, apresenta uma imagem degradante”<sup>73</sup>. O trecho assinalado indicia uma *desmemoração* ou um processo de *guetificação* da memória da luta armada; um esvaziamento da sua simbologia e da sua função veiculadora de um sentimento de pertença a um país.

### Considerações finais

Este artigo apresentou-se como uma proposta reflexiva em torno da memória da luta armada de libertação nacional, tomando como referência a catana como provável lugar de memória; conceito emprestado a Pierre Nora, que foi de grande utilidade, nomeadamente, na formulação da interrogação acima exposta. Todavia, a resposta à questão permanece em aberto, reforçando, assim, a complexidade do objeto da nossa reflexão. Complexidade acrescida por indícios de que o universo societário angolano vivenciou, nas últimas décadas, um conjunto de transformações sociais que podem ter contribuído para o (re)surgimento de memórias frequentemente associadas à violência, e que parecem contribuir para um confinar a luta armada a uma espécie de memória periférica.

Mas tal não impede, a possibilidade de a catana poder ser apreendida como lugar de memória da luta armada de libertação nacional e, até, como elemento veiculador de um sentimento de pertença a um país. Com efeito, a catana, parece reunir um certo consenso em torno da memória da luta armada;

---

<sup>72</sup> Apresentamos alguns exemplos: “Cazenga um bairro onde é proibido viver”, 16 dez. 2009. Disponível em: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/24477/cazenga-um-bairro-onde-e-proibido-viver>. Acesso em: 12 jul. 2021. VICTORINO, Justino. Acusados de feitiçaria mortos no londuimbali. *Jornal de Angola*, Huambo, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/acusados-de-feiticaria-mortos-no-londuimbali/>. Acesso em: 12 jul. 2021. MÃE mata filho de 1 ano à catana por suposta prática de feitiçaria. *Angorussia*, Uige, 2020. Disponível em: <https://angorussia.com/noticias/mae-mata-filho-de-1-ano-a-catana-por-suposta-pratica-de-feiticaria/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>73</sup> PAIXÃO, Diogo. Gritos e ranger de dentes na madrugada em que as catanas falaram. *Jornal de Angola*, Luanda, ano 45, n. 16254, 4 fev. 2021, p. 2-3. Ver também: CALUETO, op. cit.

mormente ter características de memória politizada. Esta ferramenta tornou-se, assim, um objeto com presença transversal – a começar pelo Estado – no espaço político angolano. Paradoxal objeto de consonância, parece simbolizar o ponto de partida da luta contra o colonialismo português<sup>74</sup>. Falta assumir e partilhar – juntamente com as contradições em torno da luta armada – este consenso com outras esferas da sociedade angolana. Ou seja, os universos sociais mais distantes do campo político, designadamente os historiadores. Ao ampliar-se o debate, abrem-se pistas para uma melhor compreensão do fenómeno da luta armada, a saber, com abordagens mais extensas e profundas, em termos de fontes, de métodos e de construção de objeto de estudo.

Eis o pressuposto que norteou esta reflexão, em torno da construção de uma memória da luta armada de libertação nacional e da sua possível relação com a construção de uma identidade nacional, a partir de um simples instrumento de trabalho que convive cotidianamente conosco: a catana. Esta gloriosa catana.

---

<sup>74</sup> Permanece a discussão em torno da representação da luta armada, por parte das três organizações nacionalistas que combateram a presença portuguesa em Angola. Contudo, essa memória, e por conseguinte a memória da catana, parece não suscitar polémicas. Esta ferramenta parece simbolizar o início da luta armada quer do MPLA, quer da UPA/FNLA, bem como da UNITA, que iniciou a sua com o ataque à vila de Teixeira de Sousa (atual Luau). As armas utilizadas por esta última, foram catanas, zagaias e canhangulos. Ver: FURTADO, Joaquim. A Guerra, 11º Episódio, A Unita ataca no Leste. RTP. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QLdglvEwC70>. Acesso em: 12 jul. 2021. Acesso em: 30 jun. 2021.